

**CENTRO PAULA SOUZA**  
**Escola Técnica Estadual Parque da Juventude**  
Técnico em Biblioteconomia

Lyncon Vinícius Martins  
Nayara Aparecida Antunes Ramiro  
Renato da Silva Silveira

**É PROIBIDO SABER NO BRASIL?: as barreiras no acesso à informação e ao  
conhecimento**

São Paulo  
2021

Lyncon Vinícius Martins  
Nayara Aparecida Antunes Ramiro  
Renato da Silva Silveira

**É PROIBIDO SABER NO BRASIL?: as barreiras no acesso à informação e ao conhecimento**

Artigo apresentado à Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, como exigência para obtenção do título de Técnico em Biblioteconomia, sob a orientação do professor Winderson Jesus Gomes.

São Paulo  
2021

Catálogo-na-Publicação (CIP)

379

M386p Martins, Lyncon Vinícius.

É proibido ler no Brasil? : barreiras no acesso à informação e ao conhecimento / Lyncon Vinícius Martins, Nayara Aparecida Antunes Ramiro, Renato da Silva Silveira. – 2021.

47 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Winderson Jesus Gomes.

Trabalho de conclusão de curso (Técnico em Biblioteconomia) – Escola Técnica Estadual Parque da Juventude.

1. Informação e conhecimento. 2. Barreiras – acesso à informação. 3. Educação. 4 Biblioteca. 5. Agenda 2030. I. Ramiro, Nayara Aparecida Antunes. II. Silveira, Renato da Silva. III. Gomes, Winderson Jesus, orient. IV. Título.

Lyncon Vinícius Martins, Nayara Aparecida Antunes Ramiro, Renato da Silva Silveira

É proibido saber no Brasil?: as barreiras no acesso à informação e ao conhecimento

Artigo apresentado à Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, como exigência para obtenção do título de Técnico em Biblioteconomia, sob a orientação do professor Winderson Jesus Gomes.

Data de aprovação:

30 de junho de 2021.

## **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO EM OBRA COLETIVA**

Pelo presente termo de autorização para publicação de artigo científico em obra coletiva, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 9.610, de 19/12/1998, eu/nós autor(es): **LYNCON VINÍCIUS MARTINS, NAYARA APARECIDA ANTUNES RAMIRO, RENATO DA SILVA SILVEIRA**, autorizo(amos) a partir desta data, em caráter exclusivo e isento de qualquer ônus, o uso do texto intitulado, **É proibido saber no Brasil?: as barreiras no acesso à informação e ao conhecimento**, para publicação em sitio institucional, repositório institucional, obra coletiva ou periódico eletrônico e/ou impresso a ser organizado pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Declaro ainda, que o texto acima referenciado é de minha/nossa autoria, responsabilizando-me (nos), portanto, pela originalidade e pela revisão do texto, concedendo ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza plenos direitos para escolha do editor, meios de publicação, meios de reprodução, meios de divulgação, tiragem, formato, enfim, tudo o que for necessário para que a publicação seja efetivada.

São Paulo, SP, 30 de junho de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer nem sempre é uma tarefa fácil, exige um domínio de síntese para mencionar somente as contribuições factuais, em meio a tantas que vem à mente. Inicialmente, agradecemos a nós mesmos, pela paciência, carinho, dedicação e, sobretudo, pelo amor uns com os outros. Agradecemos ao nosso queridíssimo professor e orientador Winderson, pelo zelo, entusiasmo, didática e vontade de nos ensinar. Agradecemos aos nossos amores e as nossas crenças, a nossa ancestralidade pelas palavras, conhecimento e força, e a você, leitor, por se pré-dispor à leitura deste estudo e ao seu interesse em refletir conosco.

Nunca me esquecerei desse acontecimento na vida de minhas retinas tão fatigadas. Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho [...]. (ANDRADE, 2013).

## RESUMO

O processo de construção educacional permeia de distintos constituintes, sobretudo, de deparo com barreiras que impedem e/ou limitam o acesso à informação e ao conhecimento. Posto isto, o objetivo é descrever, analisar e contextualizar as barreiras entre as pessoas e o seu direito de acesso, junto a vivências que se defrontaram com tais objeções, bem como o encontro de possíveis caminhos de resistência e subterfúgio, como a biblioteca, um meio intervencionista neste processo de mediação e articulação entre o direito negado e sua oferta, proporcionando este acesso de modo cada vez mais livre, justo e de qualidade, metodologicamente a partir do emprego de pesquisa exploratória e bibliográfica, sondada em materiais físicos e digitais, com abordagem quantitativa e qualitativa, e intermediado por questionário fechado e entrevista não-diretiva. Para mais, alinhamos às propostas da Agenda 2030, interseccionando a atuação e contribuição das bibliotecas em parâmetro a objetivos específicos: 4 — Educação de Qualidade; 10 — Redução das Desigualdades; 1 — Erradicação da Pobreza e 16 — Paz, Justiça e Instituições Fortes. Palavras-chave: informação e conhecimento; barreiras — acesso à informação; educação; biblioteca; Agenda 2030.

## **ABSTRACT**

The process of educational construction is permeated with distinct constituents, especially when faced with barriers that prevent and/or limit access to information and knowledge. Therefore, the objective is to describe, analyze and contextualize the barriers between people and their right to access, together with experiences that have faced such objections, as well as to find possible paths of resistance and subterfuge, such as the library, an interventionist means in this process of mediation and articulation between the denied right and its offer, providing this access in an increasingly free, fair and quality way, methodologically from the use of exploratory and bibliographic research, probed in physical and digital materials, with a quantitative and qualitative approach, and intermediated by a closed questionnaire and non-directive interview. Furthermore, we aligned ourselves to the proposals of the Agenda 2030, intersecting the performance and contribution of libraries in parameter to specific goals: 4 — Quality Education; 10 — Reduced Inequalities; 1 — No Poverty and 16 — Peace, Justice, and Strong Institutions.

Keywords: information and knowledge; barriers — access to information; education; library; Agenda 2030.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFLEXÃO E CONTEXTO: AS BARREIRAS NO ACESSO À INFORMAÇÃO E AO CONHECIMENTO .....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA: RELATOS VIVENCIAIS .....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>BIBLIOTECAS: UM CAMINHO DE RESISTÊNCIA E SUBTERFÚGIO.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>BIBLIOTECAS E A AGENDA 2030 .....</b>	<b>29</b>
<b>5.1</b>	<b>O que é a Agenda 2030? .....</b>	<b>29</b>
<b>5.2</b>	<b>Intersecção: a atuação das bibliotecas em contribuição à Agenda 2030...31</b>	
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO FECHADO.....</b>	<b>37</b>
	<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA NÃO DIRETIVA.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo em prol da inclusão social no Brasil é árduo, especialmente no que se diz respeito ao acesso à leitura, à literatura e à educação. Políticas públicas foram e são construídas para reversão deste cenário, entretanto, a literatura crítica e relatos vivenciais denotam constante precariedade no acesso à informação, a produção e formação de conhecimento, dado que se subentende a existência de barreiras entre as pessoas e o seu direito de acesso. O contexto social aqui explorado não é favorável, há a necessidade de compreender o porquê da existência de pessoas impedidas, por exemplo, de ler e escrever, baseado na dinâmica construtora do sujeito com a leitura, literatura e a educação, que, sobretudo, apresenta variados fatores, positivos ou não, determinantes no processo de acesso, construção e extensão do aprendizado.

Posto isto, a proposta é descrever, analisar e contextualizar as barreiras entre as pessoas e o seu direito de acesso à informação e ao conhecimento, junto a vivências que se defrontaram com tais objeções, bem como o encontro de possíveis caminhos de resistência e subterfúgio, especificamente as bibliotecas, em que acreditamos ser um meio intervencionista neste processo de mediação e articulação entre o direito negado à educação e o seu acesso em suas diversas vertentes, oferecendo e proporcionando este acesso de modo cada vez mais livre, justo e de qualidade.

Além disso, alinhamos objetivamente a contribuições ainda maiores, como a Agenda 2030, estabelecendo exclusivamente alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 4 — Educação de Qualidade; 10 — Redução das Desigualdades; 1 — Erradicação da Pobreza e 16 — Paz, Justiça e Instituições Fortes. Consequentemente, a seguinte problemática é descrita: como as bibliotecas contribuem para a erradicação de qualquer categoria de barreiras que neguem o direito de acesso, e, subsequentemente, promovem um acesso à educação de qualidade, reduz a desigualdade e a pobreza e estabelecem paz e justiça? O que apresenta reflexão no que se refere à intersecção da atuação das bibliotecas, de caráter contribuidor, à Agenda 2030.

A partir da abordagem quantitativa, obteremos dados relevantes que sirvam como exemplos e base para estruturação introdutória, bem como à abordagem qualitativa, adotada com intuito de investigar os fenômenos e contextos por trás das

vivências. Posto isto, o emprego da pesquisa exploratória proporciona um maior aprofundamento, investigando os mais variados aspectos que formulam o nosso objeto, e contribuindo para a resposta de nossa problemática, aliado a pesquisa exploratória e bibliográfica, sondando materiais publicados em fontes físicas e digitais para verificação e suporte do tema. Além disso, a adoção de entrevista não diretiva nos ajuda a desenvolver análises sobre as vivências e barreiras de acesso, favorecendo a descrição destes relatos, bem como por meio da técnica de questionário fechado, abordando temas educacionais e de vida, como escolaridade, acesso e permanência à educação, auxiliando assim na abordagem quantitativa.

Portanto, os capítulos e subcapítulos a seguir apresentarão de fato o teor da pesquisa e seu desenvolvimento, divididos conforme a estrutura de reflexão e contextualização das barreiras, de relatos vivenciais, das bibliotecas enquanto instituições de resguardo e resistência, além do que se trata a Agenda 2030 e sua intersecção com a atuação das bibliotecas.

## 2 REFLEXÃO E CONTEXTO: AS BARREIRAS NO ACESSO À INFORMAÇÃO E AO CONHECIMENTO

Sankofa é um ideograma, também chamado de adinkra, do povo Mali, e significa “nunca é tarde para pegar o que ficou para trás”. No sentido mais amplo, para que se possa compreender problemáticas do Brasil, como a falta de acesso à leitura e à educação, é essencial olhar para o passado e refletir sobre a atuação do Estado e a mobilização da sociedade.

A sociedade brasileira, formada através de um sistema econômico e social escravista, com poucas ou ineficientes políticas públicas, desenvolveu-se ao longo de sua história por duros caminhos na educação e no bem-estar social. O ensino-aprendizagem, assim como o acesso aos livros, sempre pertenceram, ao longo de quatro séculos, a grupos hegemônicos do poder, coronéis e representantes do Estado brasileiro. Este cenário foi corrente do período colonial, com a Igreja Católica Apostólica Romana, desenhando a direção da educação, a fundação da Biblioteca Nacional do Brasil, pelo príncipe regente D. João VI, com a produção intelectual da época gerada e retornada à sociedade por e para tais grupos em privilégio, em um processo repetidamente inêxito, por ser demorado e não atingir, intencionalmente, nem metade da população.

As mudanças do cenário tardaram-se a acontecer, entretanto, com a chegada industrial e os princípios tecnológicos, a informação começa a ser desmonopolizada e ganha novos rumos:

É o início da chamada era pós-industrial, quando predominam “... os esforços (científicos, tecnológicos e políticos) no sentido de informatizar a sociedade. Se, por um lado, o avanço e a cotidianização da tecnologia informática já nos impõem sérias reflexões [...] por outro lado, seu impacto sobre a ciência vem se revelando considerável [pois essa deixa de ser] vista como atividade ‘nobre’, ‘desinteressada’, sem finalidade preestabelecida [...]. (CARVALHO; KASNISK, 2000, p. 34).

Segundo Carvalho e Kasnisk (2000), no período pós-industrial (após a revolução industrial) houve um avanço tecnológico e científico, e a informação fora alcançando, mesmo a morosos passos, a massa populacional. No entanto, nem todos estavam interessados em receber esses conhecimentos, visto haver a necessidade do trabalho — ocupante de praticamente todo o tempo hábil — o analfabetismo e a não categorização como importante perante os novos conhecimentos que estavam sendo

gerados, conseqüente da passada e constante falta de acesso e da ainda ligação a uma classe superior.

Em 1751, na França, surgia um marco para a transmissão de conhecimento, a *Encyclopédie*, escrita pelos filósofos franceses Denis Diderot (1713 – 1784) e D’Alembert (1717 – 1783) e outros estudiosos iluministas, criada com a intenção de transmitir informações que apenas algumas pessoas possuíam e reunir todo o conhecimento humano, “[...] ela permitiu que as ideias discutidas nos altos salões da intelectualidade chegassem ao povo.” (MONTENEGRO, 2018), e, além disso, a obra acabou transformando a corrente de pensamento popular, principalmente as do campo e do âmbito rural, em uma época em que apenas os escolásticos possuíam tais conhecimentos e tudo era voltado a Deus:

Esses compêndios deixavam em casa, ao alcance das mãos e dos olhos de qualquer um, parte dos conhecimentos que, até então, estavam encerrados nas bibliotecas públicas. Guardadas as devidas proporções, as enciclopédias eram para os homens e mulheres daquele período algo parecido com o que a internet é para a gente hoje. (MONTENEGRO, 2018, não paginado).

Apesar de a *Encyclopédie* ter se tornado um sucesso de vendas e leitura em seus anos de publicação (1751–1772), a maioria do seu público era a burguesia que estava em ascensão na época, logo, ainda havia muitas pessoas impedidas de ter acesso à difusão da obra, principalmente os camponeses, cenário estendido até meados do período Republicano, com um vagaroso desenvolvimento de livre acesso às escolas, bibliotecas e à leitura.

Não obstante, contemporaneamente o contexto social brasileiro é predominantemente estabelecido por desigualdade social, especialmente no que se subentende entre a sociedade e o seu direito de acesso à informação e sua posse para construção de conhecimento e extensão do pensamento crítico, o envolvimento e desenvolvimento educacional. A existência de barreiras que manipulam e constroem o sujeito excluído e/ou impedido de saber são diversas, sobretudo derivado de aspectos como “[...] aspectos ambientais, econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais e familiares. Fatores como condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição também são considerados determinantes [...]”. (GOMES, 2018).

Os fatores sociais e econômicos ascendem enquanto desestruturação familiar e construção de um terreno sólido para o acesso e permanência à informação e ao conhecimento, no qual a economia familiar e a falta de recursos proporcionadores de

uma boa e/ou mínima alimentação, saúde, vestuário e qualidade de vida em geral reincide sobre o indivíduo de modo que o impede de estudar:

[...] Condições habitacionais, como grande número de filhos, principalmente pela falta de planejamento familiar [...] Fatores como desemprego ou subemprego dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente têm elevado as estatísticas de evasão, desistência, repetência e reprovação escolar, causadas, na maioria das vezes, pelo fato de ele ter que trabalhar para ajudar no aumento da renda familiar, deixando de lado os estudos. (GOMES, 2018, não paginado).

Além disso, dos fatores sociais existentes, o comportamento dos sujeitos que compõem o núcleo familiar incide desde o acesso e a continuidade, como o impedimento físico (agressões), psicológico (repressões, desestímulo, inferiorização) e moral:

[...] Isso inclui o meio no qual essa criança ou adolescente está inserido, pois comportamentos inadequados por parte de pais ou responsáveis, principalmente promiscuidade, prostituição, drogas na família, violência doméstica, desemprego e desestruturação familiar são fatores que interferem diretamente no comportamento da criança ou adolescente [...]. (GOMES, 2018, não paginado).

O trabalho infantil também favorece o direito barrado de acesso à informação inicial, visto que o sujeito é impedido de ir à escola e/ou instituições de promoção educacional (bibliotecas, escola), para exercer trabalhos predominantemente insalubres:

Tais fatores têm contribuído para o aumento dos índices brasileiros do trabalho infantil, como casos em que se pode observar, por exemplo, crianças e adolescentes da cidade de João Câmara/RN que estão perdendo as impressões digitais no trabalho de assar e quebrar castanhas. Nesse processo, a castanha solta um óleo que, para ser limpo, exige, além de água e sabão, água sanitária, o que faz com que a pele dos dedos se desprenda, deixando-os sem as impressões digitais, como mostrou um programa Globo Repórter de 2013. Além disso, há modalidades de trabalho infantil que são extremamente insalubres, como na roça, nas cerâmicas de tijolo ou nas feiras como carregadores. Tudo isso para ajudar nas despesas de casa, deixando de estudar, brincar, perdendo principalmente a condição e o direito de ser criança. (GOMES, 2018, não paginado).

De mais a mais, países desestabilizados e vulnerabilizados economicamente, e que possuem ampla parcela de vulnerabilidade social, como o Brasil, tendem a ter um desempenho abaixo das expectativas no que se refere à acessibilidade, seja arquitetônica (infraestrutura do espaço físico), comunicacional, metodológica (métodos e técnicas de estudo e trabalho), instrumental (utensílios e ferramentas de estudo e trabalho), programática (invisibilidade em políticas públicas) e atitudinal (preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações), sucedendo aos indivíduos que portam ou vivenciam por experiência fatores físicos e mentais, limitações,

impasses e/ou impedimentos ao acesso e/ou desenvolvimento informativo educacional, independentemente da tipologia de instituição de ensino e acesso à informação:

Os fatores físicos e mentais também são limitantes da aprendizagem do aluno, pois alunos com dificuldade de locomoção enfrentam mais dificuldades que alunos que não possuem essas limitações, principalmente quando as escolas não possuem condições de acessibilidade, como rampas para cadeirantes e banheiros adaptados, carteiras acessíveis etc. Quando os fatores são mentais, as dificuldades são muito maiores, visto que muitas escolas ainda não estão preparadas para receber essas crianças em suas salas de aulas regulares, devido principalmente à falta de professores e funcionários qualificados, o que, sem sombra de dúvida, torna-se fator limitante da aprendizagem, principalmente quando eles precisam de cuidados especiais por parte de professores e acompanhantes, tornando esse fator determinante para a aprendizagem de alunos com necessidades especiais [...]. (GOMES, 2018, não paginado).

A falácia mítica do discurso meritocrático, contido sobretudo em aspectos sociais, exerce forte e direta influência, constantemente presente no incito pensamento à desigualdade social, afligindo também quanto a acessibilidade *“Debilidade não impede ou limita alguém de buscar por aquilo que desejam. O que impede e limita é a preguiça, quando esta ataca simplesmente ocorre acomodação.”* (Apêndice A). Entende-se que a debilidade por si só não é capaz ou meramente responsável pela estagnação ou desistência de seu portador no exercício de quaisquer atividades, ao exemplo do acesso à informação e ao conhecimento, entretanto, a falta de acessibilidade, indiferentemente da tipologia, interfere consideravelmente na vida do indivíduo portador, tido como barreira, pois dificulta, limita e/ou desestimula.

Ademais, o incessante crescimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) proporcionam maior facilidade, rapidez e comodidade a cada um dos setores sociais, bem como o acesso à informação, ao passo em que sua existência modificou e segue modicando as sociedades. *“As sociedades modernas passaram a confiar na ciência e tecnologia como se confia em uma divindade. A lógica do comportamento humano passou a ser a lógica da eficácia tecnológica e suas razões passaram a ser as da ciência.”* (BAZZO, 1998 *apud* SANTOS; MORTIMER, 2000, p. 2). No entanto, a disponibilidade em rede ou de suporte (celular, computador) não garante totalidade de alcance e/ou disseminação da informação, dado que há variadas retenções, como a genuína barreira da falta de acesso à internet e o porte de equipamentos tecnológicos básicos, vigorosamente presente nas classes sociais

de renda mais baixa, como mostra a pesquisa TIC Domicílios 2019 (CETIC, 2020, p. 25) na qual, dos 71% do total de domicílios brasileiros entrevistados, 18,9 milhões não possuíam computador e internet em 2019, além de “A presença de computadores está associada a fatores sociodemográficos: em 2019 eles estavam presentes em [...] 14% dos domicílios das classes DE. [...] Entre segmentos socioeconômicos, 13 milhões de domicílios das classes DE não tinham acesso à internet em 2019.” (CETIC, 2020, p. 23), e os empecilhos que podem ser descritos como problemáticas do meio, *“às vezes, quando eu queria ler um pouco sobre as técnicas e teoria do ensino de inglês, tive dificuldade em acessar artigos online [...] Tem bastantes artigos e textos acadêmicos online que você só pode ver uma parte e tem que pagar para se inscrever e ver todos [...] só se disponibiliza certas páginas dos artigos, ou seja, você tem que pagar para ver todas elas.”* (Apêndice A), evidenciando aspectos relacionados a inclusão digital e barreiras tecnológicas.

Sendo assim, o contexto exposto demonstra a complexidade das adversidades existentes e enfrentadas por muitos no que concerne o acesso à informação e ao conhecimento, levando à demanda de testemunhos vivenciais que incrementem a reflexão e proporcionem um olhar mais individual, circunstancial e realista.

### 3 NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA: RELATOS VIVENCIAIS

Conhecida pelo seu amplo trabalho escrito e artístico, com destaque para o livro *Quarto de despejo*, a intelectual e escritora Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977), foi crítica ao relatar e problematizar em seus diários, questões caras como a fome, a política e a cultura nas décadas de 1920 a 1970 no Brasil. Suas falas explícitas e de narrativa vivencial, denotam um comportamento subversivo aos costumes rotineiros e culturais, que condicionavam às mulheres negras a falta de direitos fundamentais como a educação, a moradia digna e a alimentação, além do seu amor pela leitura e transformação da informação em conhecimento, explicitado no capítulo *A cultura*, em *Diário de Bitita*:

O que eu não acatava eram as vaidades inúteis. Elas trabalhavam exclusivamente para comprar roupas. Podiam trabalhar para comprar um terreno e construir uma casinha, que é a coisa mais importante na vida. Eu passava os dias lendo *Os Lusíadas*, de Camões, com o auxílio do dicionário. E ia intelectualizando-me, compreendendo que uma pessoa ilustrada sabe suportar os amores da vida. (JESUS, 2014, p. 179).

Ela acreditava no poder dos livros, da leitura e da educação como caminho de garantir a paz e a igualdade a todos:

Por intermédio dos livros, eu ia tomando conhecimento das guerras que houve no Brasil, a guerra dos Farrapos, a guerra do Paraguai. Condenava essa forma brutal e desumana que o homem encontra para solucionar os seus problemas. (JESUS, 2014, p. 179).

Ter paixão pela leitura e a consciência do seu poder revolucionário a acudia na resistência as agruras e lamentáveis consequências enfrentadas, advindas de ineptos deste caminho:

Eu me sentava no sol para ler. As pessoas que passavam, olhavam o dicionário e diziam: — Que livro grosso! Deve ser o livro de São Cipriano. Era o único livro que os inscientes sabiam que existia e existe. Começaram a propalar que eu tinha um livro de são Cipriano. E comentavam: — Então ela está estudando para ser feiticeira, para atrapalhar a nossa vida. O feiticeiro reza, e não vem chuva; o feiticeiro reza, vem a geada. Quando a minha mãe soube, avisou-me: — É melhor você parar de ler esses livros, já estão falando que é o livro de são Cipriano, que você é feiticeira. (JESUS, 2014, p. 179-180).

A ressignificação do objeto livro, tornando-o um símbolo maléfico por parte dos passantes, comprova a construção histórica colonial do Brasil, que afastou a população negra e pobre da leitura e da educação, e a ineficiência do Estado, que, da

educação e cultura, conforme o art. 128 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, garantia:

Art. 128 A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas ou particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino. (BRASIL, 1937).

A livre iniciativa de ensino descrita e garantida na Carta Magna Brasileira de 1937 não seria suficiente para leitura de um dicionário em frente à sua casa? O que Carolina poderia temer?

O ato desenrola-se com os passantes insistindo que o livro seria de São Cipriano, e, um mal-entendido na fala de Carolina, que se referia a si como um farrapo por não ter saúde hábil e não ao sargento local, a levou presa, junto a sua mãe, por arriscar-se em defender a filha.

Na prisão, é questionada sobre sua fala e novamente sobre o livro:

— Você anda lendo o livro de São Cipriano. Pretende botar feitiço em quem?  
— Eu não creio no feitiço, e não tenho o livro de São Cipriano. — Eu tenho. E deu-me para olhá-lo e folheá-lo. Eu gostava imensamente de livros e peguei o livro com carinho e cuidado, como se estivesse pegando uma criança recém-nascida. Mas estava nervosa para ler. (JESUS, 2014, p. 182).

Percebe-se que o sargento em questão induz Carolina a declarar uma suposta culpa a que foi acusada, cessando em violência física:

— Dizem que a senhora sai à noite e fica vagando pela cidade. Minha mãe disse: — Ela não sai à noite. — Cale a boca, vagabunda! Voltamos para cela. O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuo espancando-me. Cinco dias presas e sem comer. (JESUS, 2014, p. 182).

O espancamento de Carolina e sua mãe, além de inconsequente, perverso e desumano, manifesta novamente contradição à Carta Magna de 1937, especificamente dos direitos e garantias individuais, conforme o art. 122:

Art. 122 A constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e a propriedade, nos termos seguintes: [...] 15) todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. (BRASIL, 1937).

Carolina Maria de Jesus enfrentou muitos outros altos e baixos. Seus testemunhos em literatura crítica e vivencial reafirmam e revelam a interferência de

barreiras no processo de acesso à informação e, principalmente, na construção e permanência do conhecimento. Notadamente, percebe-se o encargo social das adversidades enfrentadas, sobretudo acerca do racismo, machismo e a extrema pobreza. Sua história tornou-se exceção em um país com maior parte da sua população negra e analfabeta na primeira metade do século XX, expondo que, para ter um verdadeiro livre acesso aos livros, a educação e a formação intelectual com o mínimo de dignidade no Brasil, é preciso transgredir ardorosas barreiras e suportar desagradáveis situações, e, mesmo assim, não perder a esperança.

Consequentemente, a problemática desponta quando a exceção vira regra e poucos têm livre acesso à leitura e à educação, como é o caso da entrevistada anônima, nascida na cidade de Desterro do Melo, interior do estado de Minas Gerais. Hoje aposentada e com 64 anos, ela conta que possui o Ensino Fundamental II completo, mas que durante sua realização, foi obrigada a se mudar para a cidade vizinha, Barbacena: *“Eu fui terminar os estudos do ensino fundamental em outra cidade porque na cidade onde eu morava só tinha o primário<sup>1</sup> e para continuar morando lá eu trabalhava de babá. Eu tinha 12 anos e fiquei lá até os 16.”* (Apêndice B).

Além da mudança de cidade e do trabalho como babá com apenas 12 anos, a entrevistada relata as dificuldades para permanecer estudando: *“a dificuldade maior era ter que trabalhar como babá, cuidando de três crianças. Eu não tinha como estudar melhor, mas apesar disso eu concluí a escola. Ganhava cerca de 10 cruzeiros por mês que precisava enviar à minha família. Eu tinha muitos irmãos mais novos, sendo eu a mais velha e a única que podia ajudar de alguma forma.”* (Apêndice B).

Por volta da década de 70, após a conclusão do Ensino Fundamental, havia o denominado Ensino Normal, cujo qual se constituía de um ensino voltado à formação de docentes para lecionar em escolas primárias. A formação não era obrigatória, mas a entrevistada comenta sua vontade de ter realizado: *“Sim, muito! Eu não pude fazer porque eu não tinha mais condições porque precisava trabalhar em mais empregos para ajudar a família, principalmente meus irmãos menores que estavam estudando e precisavam de material escolar e roupas.”* (Apêndice B). Além disso, ela relata não possuir nenhum documento que comprove seu término dos estudos, pois na época, para obtenção do diploma, era culminado uma espécie de missa especial na cidade,

---

<sup>1</sup> Atual Ensino Fundamental I - 1º ao 5º ano, antigo 1ª a 4ª série.

o que demandava roupas apropriadas para o evento, ocasionando seu não comparecimento por não possuir dinheiro para tal. Ainda assim, a pega do diploma poderia ser feita posteriormente, entretanto, a escola onde a entrevistada estudou pegou fogo, extinguindo qualquer possibilidade.

Ao final da entrevista, a entrevistada conta sobre seu acesso a outros espaços e/ou instituições de ensino além da escola na época, e seu vínculo com os estudos no presente: *“mais ou menos, nas salas de aula havia alguns livros que os alunos podiam pegar para ler. A cidade era muito pequena, não havia muitos recursos como jornais ou revistas. Eu pegava os livros apenas para folhear, eu não tinha muito incentivo para isso, em casa eu precisava limpar, lavar e cozinhar, não tinha muito tempo para estudar. Atualmente eu procuro fazer cursos voltados a visitas de enfermos em hospitais, gosto muito da área da saúde e agora procuro ler livros voltados a esse tema, já que tenho mais facilidade de acesso, pois hoje sou aposentada e tenho mais tempo livre para aprender coisas novas, como costura e artesanato também. Antes da pandemia, no lugar que eu fazia hidroginástica tem uma biblioteca, gostava de ir lá nas contações de história.”* (Apêndice B).

O relato posto, por mais individual que possa parecer, exprime comum realidade a partir de barreiras que manipulam e constroem o sujeito excluído e/ou impedido de saber, caracteristicamente do trabalho infantil, visto que a entrevistada trabalhara com apenas 12 anos, especialmente em uma profissão que demanda total resguardo de responsabilidade que uma criança, evidentemente, não possui, e nem deveria, pois, as habilidades profissionais e/ou pessoais são adquiridas e desenvolvidas a partir do amadurecimento inato e temporal do ser humano conjunto ao asseio educacional familiar e social, e acelerar este processo é uma atitude injusta, desumana, covarde e, sobretudo, ilegal, expresso nos art. 3º e 60 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. [...] Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (BRASIL, 1990).

Não obstante, os aspectos de desestruturação familiar são fortemente identificados no testemunho, especialmente no que diz respeito às necessidades de sobrevivência financeira.

Por mais que, atualmente, a entrevistada se encontre em situação estável, sua vivência denota a mais pura e realística desigualdade, impedição e percalço social, partidos de uma experiência familiar, mas enraizada e munida de circunstâncias sociais, valendo de mostra histórica, memorial e reflexiva.

Notadamente, a vivência relatada não é isolada, indiciado aos fatos da entrevistada anônima, de 76 anos, negra e aposentada, nascida em Pompeia, município do estado de São Paulo. Cuidada pelas irmãs mais velhas desde os 4 anos, decorrente a morte de sua mãe, suas lembranças são das falas de seu pai. Descendente de escravizados, conta com orgulho o pouco do que sabe sobre sua ancestralidade: *“Meu pai sempre dizia, que o pai do pai dele, meu bisavô né, era escravo e fugia muito dos senhores, mas era capturado, mas tornava a fugir”*. (Apêndice B).

De origem humilde, ela descreve o cotidiano da família no trabalho: *“Meu pai era colono, então ele trabalhava nas fazendas. Eu rodei todas as fazendas de Marília. Quando meu pai não tinha saldo suficiente, com a pouca colheita, o responsável avisava. Não conseguíamos nem o alimento direito. Meu pai ficava triste e dizia - então vamos ter que mudar de fazenda. Levantávamos a barraca e íamos embora.”*

Diante da penosa realidade, a entrevistada diz sobre seu acesso à educação: *“Foi na fazenda Santa Lúcia ou Tronção, eu não lembro agora. O responsável da fazenda chegou avisando para o meu pai que tinha aberto uma escola e para ele nos levar, mas, com a ignorância dele, dizia - a inchada é o lápis deles e o chão é o caderno. Por que eles precisam aprender a escrever? Meu pai só sabia escrever o S do nome dele e o D do sobrenome nos sacos de feijão. Só essas letras.”* (Apêndice B).

Com a dedicação ao trabalho no campo ainda criança, e ao serviço doméstico na adolescência, ela conta que não pôde estudar: *“Eu vim para São Paulo em 1960, com dezessete anos e não sabia ler e nem escrever. Só fui aprender em 1985. Mesmo assim, eu sei o básico.”* (Apêndice B). Entre o remorar do passado e o olhar distante, a entrevistada considera, *“o estudo é muito importante. Era muita ignorância do meu pai, mas naquela época, era muito difícil.”* (Apêndice B).

Coincidentemente (ou não), o relato descrito também apresenta barreiras caracteristicamente do trabalho infantil, ainda mais agravantes e insalubre, por se tratar de trabalho no campo. Além disso, as decorrências do período escravista e pós-abolicionista, como o não amparo social e econômico aos “libertos”, sujeitou às

condições de subsistência e permanência no âmbito rural de maneira limitadora e especista, estendendo-se temporalmente a indivíduos e famílias negras como a da entrevistada, sendo e ocasionando uma barreira de caráter racista-estrutural. Assim como o anterior, o testemunho vale de mostra histórica, memorial e reflexiva.

Por existirem e serem instauradas por variados feitos na vida de um indivíduo, as barreiras de acesso à informação e ao conhecimento podem existir e/ou ter existido em diversas vivências, como a da entrevistada anônima, de 41 anos, nascida em Lagoa do Ouro, município do estado de Pernambuco. Hoje trabalhando como contadora, conta que concluiu o ensino básico ainda que com objeções: *“Sim, finalizei na cidade de Lagoa do Ouro em Pernambuco no ano de 1999, fundamental e médio. Para conseguir chegar à escola eram 7 km de distância, eu precisava ir de pau de arara<sup>2</sup>, no sol ou na chuva eu ia todos os dias.”* (Apêndice B).

Apesar dos pesares, a entrevistada conta que obteve outras formações além do ensino básico: *“Sim. O ensino médio era técnico em contabilidade e fiz informática em uma escola a 30 km da minha casa. Eu comecei um curso superior em 2016 já em São Paulo, concluindo em 2019.”* (Apêndice B), e o porquê de não ter ficado em sua cidade natal para cursar o ensino superior: *“Havia muita falta de trabalho na cidade, em 2000 em vim para São Paulo trabalhar. Aqui, apesar de ter curso técnico, eu comecei trabalhando como operadora de caixa em um supermercado e só 10 anos depois eu consegui um trabalho em um escritório de contabilidade, e depois de 5 anos eu consegui ingressar em um curso superior.”* (Apêndice B).

Quanto a formação educacional familiar, a entrevistada discorre: *“Não, eu tenho 14 irmãos e nenhum tem curso superior e apenas alguns concluíram o ensino médio. Nós nunca tivemos incentivo por parte da família, meus pais eram analfabetos, apenas sabiam escrever o nome. Meus irmãos nunca tiveram interesse, especialmente meus irmãos homens, eu sempre quis estudar e ter uma família, sou casada há 19 anos e tenho dois filhos, já a maioria dos meus irmãos não são casados e trabalham informalmente.”* (Apêndice B).

É perceptível que o testemunho relatado, assim como os anteriores, possui raízes oriundas da desestruturação familiar, mas principalmente da falta de infraestrutura e de um terro sólido para o caminho educacional. Com pais analfabetos,

---

<sup>2</sup> Meio de transporte irregular frequentemente utilizado na região Nordeste do Brasil, consistindo-se na adaptação de caminhões para o transporte de passageiros, simulando um substituto improvisado do ônibus convencional. Também utilizado para transporte e venda de frutas.

a presença de instituições de ensino em locais demasiadamente distantes e a recorrente necessidade do trabalho, os aspectos sociais e de desigualdade despontam e exibem a infeliz e antidemocrática realidade a ser enfrentada para obter e realizar o que se possui por direito humano básico, consumando também de mostra histórica, memorial e reflexiva.

Indiferentemente das particularidades que cada indivíduo enfrenta, é comum encontramos, não por acaso, dentre uma sociedade tão desigual como a sociedade brasileira, barreiras generalizadas, ao exemplo de, (Apêndice A) dos 100% (110) de respostas à pergunta “Você já se deparou com alguma barreira e/ou empecilho em seu processo de acesso à informação e ao conhecimento e/ou permanência nos estudos?”, 44,5% (49) serem afirmativas, de modo que, destes 44,5%,  $\cong$  46% (22) possuem questões financeiras como objeção.

Consequentemente, os sonhos antigos em uma Terra moderna nascem a partir da convicção de que não estamos aqui para nos conformar (MARINA, 2021, tradução nossa), que toda e qualquer realidade injusta e desigual deverá ser reparada e, como cidadãos, podemos e devemos conceber um terreno e espaços procedentes aos nossos e de todo e qualquer descendente, encaminhando à reflexão do potencial das bibliotecas em corresponderem a esses princípios, bem como aos de resistência, refúgio, criação, contemplação, informação e conhecimento.

#### 4 BIBLIOTECAS: UM CAMINHO DE RESISTÊNCIA E SUBTERFÚGIO

Presentemente, embora ainda em rasa harmonia nas comunidades, as bibliotecas nem sempre foram alvo popular, vistas como um lugar frequentado por estudiosos e à salvaguarda de seu acervo. Segundo Santos (2010), no Brasil, as primeiras bibliotecas surgiram em Salvador (Bahia) por volta de 1540, e eram reservadas aos religiosos, especialmente aos Jesuítas, além dos seletos grupos que possuíam bibliotecas particulares, como padres, advogados, médicos, ou seja, a elite.

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, herda-se, conjunto a Corte, um habituado estilo de vida. O estabelecimento em território brasileiro careceu de mudanças em diversos setores à criação de um ambiente satisfatório, sobretudo de um intenso crescimento cultural, provindo, em 1811, a fundação da “Biblioteca Pública da Bahia”, primeira biblioteca pública brasileira. Considerada a mais antiga da América Latina, resistiu a diversas entraves, desde a perda considerável de parte do seu acervo, decorrente de conflitos oligárquicos da República Velha, a transição de espaço. Atualmente nomeada como “Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB)”, situa-se no bairro Barris, região Central de Salvador:

[...] atende a população de todo o estado, além de apoio à pesquisa acadêmica. Possui um acervo com mais de 600 mil itens, formado por periódicos raros e correntes, obras raras, mapas, filmes, obras de artes, livros em Braille e audiolivros, livros infantis e infanto-juvenis, além de coleções privadas adquiridas por compra e doação. (TARGINO, 2021, não paginado).

A “Biblioteca dos Barris”, como é popularmente conhecida, desempenha influente impacto atendendo cerca de 60 mil pessoas anualmente, com atividades culturais para seu público local e de diferentes regiões da cidade, entretanto, célebre exemplo de existência no país, a BCEB é, infelizmente, uma exceção.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2015 pelo SNBP (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas), há 1 biblioteca pública para cada 34,5 mil habitantes, sendo a maioria concentrada no sudeste do país. Outro ressaltado é o contexto em que as bibliotecas se encontram, o acervo e o atendimento prestado, pois a qualidade de uma biblioteca, embora vital, está para além dos livros:

Segundo a instituição, o país não avançou nem na ampliação e nem no fortalecimento das bibliotecas, sendo que muitas daquelas que tiveram investimentos ou foram priorizadas pelo poder público sofreram descontinuidade [...]. (BIBLIOO, 2019, não paginado).

Notadamente, a realidade não favorável implica consciência e psique de mudança detentora e subversiva, podendo ser encontrada intrínseca à biblioteca e em preceitos biblioteconômicos, como os de Shialy Ramamrita Ranganathan (1892–1972), professor e bibliotecário indiano, de caráter politizado, sempre lutou por melhorias e condições de trabalho, inclusive, e principalmente, das próprias bibliotecas.

Da criticidade e fomento por mudanças, Ranganathan não só revolucionou sua própria vida como transcendeu e orientou, de maneira integral e socializadora, o cotidiano das bibliotecas. De maneira cíclica, dinâmica, complementadora e derivável entre si, o indiano elaborou o que se pode definir como base do ato de acesso à informação e construção do conhecimento: As Cinco Leis da Biblioteconomia:

Atualmente, estas Cinco Leis permeiam e são consideradas como base para todas as atividades biblioteconômicas, como: Seleção e Aquisição; Administração de Bibliotecas; Recuperação de Informação; Classificação e Indexação; Atendimentos aos Usuários etc. E "como Leis Fundamentais em qualquer outra disciplina, as Cinco Leis são simples e podem, mesmo, aparecer como sendo triviais"(Ranganathan, Five laws). Mas são elas que permitem que o profissional, possa compreender de uma forma mais abrangente a função de sua profissão, dentro de um contexto social, que permite definir critérios e princípios de ação que vão desde o posicionamento ético deste profissional até a escolha de métodos e técnicas para o seu fazer diário. (CAMPOS, [entre 2014 e 2020], não paginado).

A primeira lei, **os livros são para serem usados**, traz a perspectiva de **democratização da informação**, em que o homem, criador de ideias, vivente de experiências, desbravador do mundo, ao necessitar comunicar sua intelectualidade, registra. Esses registros, no que lhe concerne, devem estar organizados para a propagação sapiencial, tão presentemente, tão futuramente, consumando ao bibliotecário a assumir uma conduta dinamizadora, indiciando ao uso dos registros de informação, não somente de armazenamento, mas desenvolvendo mecanismos de divulgação dentro de um caos documentário. Todavia, para realização, o indiano afirma a necessidade de empreendimentos políticos visadores de uma educação irrestrita, sendo assim, **o homem tem todo o direito de ser um leitor em potencial**, enunciando a segunda lei.

Em sua segunda lei, **a cada leitor o seu livro**, antes de tudo, Ranganathan afirma que **a educação do povo é uma vontade política**, da qual destrincha-se o bibliotecário como educador, apresentando as diferenças sociais, políticas, econômicas e a sua influência no acesso à informação, perpetrando ao bibliotecário a adoção de uma posição conscientizadora das políticas educacionais de um país, da

importância deste acesso à informação, através de campanhas com as bibliotecas públicas e canais de comunicação, permitindo assim o acesso indiscriminado e beneficiador do conhecimento a todos. Porém, indiano inserido em suas tradições (validamente ressaltado em relação à discrepância religiosa conservadora e impositora existente na sociedade em geral) e observador das necessidades humanas, sabia que as necessidades informacionais das pessoas diferiam, e que esse **princípio de diferença é o que permite a evolução humana e o estado de suas condições socioculturais**, enunciando a terceira lei.

Apresentando os registros de informação como um veículo que permite a um ou mais indivíduos apresentarem suas perspectivas, a terceira lei, **a cada livro o seu leitor**, possui como caráter base a individualidade, estabelecendo ao bibliotecário, preocupado em fornecer a informação adequada, tenha como princípio o ato da diferença, prontificado a ser um elemento facilitador, depreendendo as necessidades de cada usuário e respeitando-as. Suscita-se então, respeito as mais diversas características (etária, social, cultural, psicológica, educacional e afins), e para tal, diferentes estilos de bibliotecas e modelos de organização dos acervos, que, relativamente, demandam, para um atendimento intrinsecamente diferencial e de recuperação assertiva da informação, determinado tempo, em que deve-se considerar **a necessidade do ser humano em estar informado sobre a evolução de sua área de interesse em um menor tempo possível**, enunciando a quarta lei.

Por mais reveladora, e capitalista, que sua denominação pareça, a quarta lei, **poupe o tempo do leitor**, implica na característica de dinamismo que o bibliotecário carece, na qual a coleção deve ser organizada pensando nas possibilidades de recuperação, estando fortemente ligada à organização/recuperação do acervo, de maneira que a informação chegue o mais rápido possível ao usuário, garantindo esse direito de acesso à informação interessada com rapidez. Para uma satisfatória realização, o bibliotecário precisa se comportar como pesquisador e pensador do seu fazer, pesquisando novas técnicas, instrumentos, métodos eficazes, quebrando paradigmas de técnicas e métodos adotados, estabelecendo ações adequadas ao Sistema de Informação em que se insere, atendendo ao constante crescimento do acervo, onde **nada é estático, e sim dinâmico**, enunciando a quinta lei.

A precisão atemporal humana de registrar novas descobertas, percepções, instrumentos e desvendo da natureza, necessita de um local de alocação, ao qual destina-se tal função, principalmente, a biblioteca, evidenciando pela quinta lei,

**a biblioteca é um organismo em crescimento**, desenvolvendo o papel de portadora e disseminadora do conhecimento humano, um ato contínuo e progressivo. Para sincronia entre o crescimento do conhecimento e da biblioteca, faz-se necessário bibliotecários dinâmicos e criativos, que abracem novos assuntos, usuários e repense constantemente sobre as atividades realizadas, promovendo uso adequado dos registros humanos, levando ao retorno da primeira lei, os livros são para serem usados.

Embora As Cinco Leis declarem perspicácia por si só, é inevitável, e necessário, contextualizarmos suas essencialidades bem como ao teor das barreiras. Entendendo que as palavras resistência e subterfúgio significam estratégia, posicionamento e ação contra aquilo que está em desacordo ao que se acredita, possibilita-se refletir sobre duas asseguridades essenciais às bibliotecas: a garantia da informação e a garantia social de atendimento aos usuários.

É convencional pensarmos que o foco da biblioteca está no conjunto material de informações e sua disponibilidade, e isto bastaria, entretanto, toda e qualquer informação surge em um contexto e em tempos específicos, que sofrem alterações e estão na sua maior parte sob controle ou orientação de estâncias do poder, a exemplo do Estado.

Contemporaneamente, a informação é produzida em grande escala e tem sido disponibilizada facilmente pela internet. A problemática são as notícias falsas, que não só corrompem a sociedade, mas produzem política ilegal e de resultados assoladores. A defesa da informação não se trata somente de disponibilidade física do material, mas também de orientação e posicionamento ético que dispõe sobre o papel bibliotecário envolto à comunidade. Os usuários precisam enxergar a biblioteca como um espaço seguro para encontrar a informação correta.

Para além da informação, as bibliotecas prestam serviços à assistência social, programas culturais que acolham os usuários e crie um ambiente de escuta e conforto. Os usuários necessitam de acolhimento e se sentirem parte integrante na totalidade, referencialmente aos indivíduos excluídos e/ou impedidos já expostos.

Conhecer e mediar sobre o seu território, é um caminho necessário para a biblioteca, que não está associado somente a sua política de desenvolvimento de coleção, mas de integração pessoa-espço. Informação correta, escuta e pertencimento são elementos que constituem uma biblioteca democrática e perspicaz, mesmo em um contexto político deplorável.

No que concerne ao social e subversivo papel da biblioteca, bibliotecário e comunidade, os processos de redesignação e construção de uma sociedade equitativa iniciam-se a partir da simples contemplação do espaço físico, seu aproveitamento e refúgio quando se faz necessário. Desenvolve-se, das mais variadas metodologias de ensino-aprendizado, a reflexão com teor de criticidade da realidade envolta, da não conformidade e necessidade de transformação contemporânea e futura, alimentado por informação e conhecimento indiferentemente de seu suporte ou método de abordagem, resgatando, como exposto por Ranganathan, a democratização da informação a um ser humano possuidor de todo o direito de ser um leitor - ou que se desejar ser - em potencial, baseados nos princípios da diversidade e de educação populista por vontade política.

Decorrentemente, somado a contextualização da biblioteca como meio intervencionista neste processo de interrupção de barreiras, é estruturalmente necessário e plausível, no que se diz respeito a sua representação como espaço revolucionário, a expectativa de contribuição tanto para mudança das realidades explanadas, quanto para objetivos ainda maiores, como a Agenda 2030.

## 5 BIBLIOTECAS E A AGENDA 2030

Entendendo que as bibliotecas são instituições vivas e presentes, colaboradoras para o desenvolvimento humano, e, subsequentemente, cooperam para o desenvolvimento social, partiremos do pressuposto de, para se conhecer uma obra, deve-se primeiro conhecer o autor, dado que a persona influencia em suas criações (mas nada absoluto), regendo a importância de darmos relevância a origem, conceito, contexto e ajeites da Agenda 2030, para então ser formulado e posto as relações correlativas e cooperativas entre a instituição e o projeto.

### 5.1 O que é a Agenda 2030?

Em 2015, representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram na cidade de Nova York, Estados Unidos, para discutir um plano de ação à erradicação da pobreza em totalidade as suas vertentes e amplidão, reconhecendo-a como requisito intrínseco ao desenvolvimento sustentável. Com o objetivo de não deixar ninguém para trás, assim foi criada a Agenda 2030:

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. [...] para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. (PLATAFORMA AGENDA 2030, [201-], não paginado).

Anteriormente a tomada de decisão, ocorreram discussões e outros planos haviam sido traçados. Em 1992, “A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, conhecida como Rio-92/Eco-92, reuniu 178 chefes de governo e contou com a participação de ONGs e movimentos sociais, com o objetivo de discutir ações para um desenvolvimento ambientalmente sustentável, originando a então Agenda21, “A Conferência realizada no Brasil colocou o assunto ambiental na agenda pública de uma maneira inovadora, sendo um importante passo e marco de como a humanidade encara sua relação com o planeta.” (IGNACIO, 2020, não paginado).

Em 2012, após 20 anos, os chefes de Estados retornaram ao Rio de Janeiro para a “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”, a Rio+20, e contribuíram para a definição da agenda sobre o desenvolvimento sustentável para

as próximas décadas. Após essa conferência, começaram a discussão sobre uma nova agenda de desenvolvimento, com foco em desafios em um cenário pós 2015.

Em 2000, os Estados-membros da ONU adotaram “Os Objetivos do Milênio” (ODM), composto por 8 objetivos estudados por especialistas renomados, focando nos principais desafios sociais do século XXI.

Figura 1 - Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: Plataforma Agenda 2030 ([201-])

Consecutivamente, junto a conferência Rio+20 e os ODM, fora adotado, na Assembleia Geral da ONU em 2015, a Agenda 2030, um guia geral para ações dos países, das comunidades e para cada pessoa, apresentando 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridas até o ano de 2030:

Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. (PLATAFORMA AGENDA 2030, [201-], não paginado).

Figura 2 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas no Brasil (2021)

Para engajamento da sociedade civil na promoção dos objetivos da Agenda 2030, foi desenvolvido a *Action for Sustainable Development* (Ação para Desenvolvimento Sustentável, em português), uma plataforma que reúne 3.000 organizações em mais de 155 países, mantendo o foco nos objetivos de desenvolvimento. Em seu acesso, no que diz respeito ao Brasil, é explanado sobre o seu processo de retrocesso:

O Brasil está retrocedendo. Os ganhos conquistados até 2015 estão em colapso. Desde o corte de programas básicos contra a pobreza até o incentivo a indústrias altamente poluídas, como pesticidas agrícolas, com incentivos fiscais, o Governo Federal embarcou em uma cruzada de negação contra a Agenda 2030 e o Acordo de Paris. Todas as áreas precisam de atenção especial no Brasil neste momento, mas os problemas mais urgentes são o desmatamento criminoso e total desrespeito às populações indígenas. (ACTION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, [201-], não paginado, tradução nossa).

Diante deste cenário, é imprescindível a ação geral para reversão, construção e continuação do desenvolvimento sustentável brasileiro baseado na Agenda 2030, partindo do indivíduo inserido na sociedade civil, e encaminhado a instituições de promoção social e de equidade, como Organizações não Governamentais (ONGs) e a biblioteca. Além disso, a recapitulação e inserção contextual do exposto sobre os sujeitos excluídos e/ou impedidos de saber reluz fortemente, interseccionando as problemáticas ao propósito social e cotidiano da biblioteca, indagando: como as bibliotecas contribuem para a erradicação de qualquer tipo de barreiras que neguem esse direito de acesso, e, subsequentemente, promovem um acesso à educação de qualidade, reduz a desigualdade e a pobreza e estabelecem paz e justiça?

## **5.2 Intersecção: a atuação das bibliotecas em contribuição à Agenda 2030**

Principiando que *“a construção educacional de um indivíduo se forma a partir de suas experiências e conhecimentos, se o mesmo não possui acesso a esse conhecimento (falta de recursos como internet, livros, acesso à escola e barreiras internas/psicológicas) sua educação será além de comprometida, precária.”* (Apêndice A), é incontestável a contribuição da biblioteca neste processo construtivo e de acesso educacional, instrumentado como local de ruptura com barreiras, dogmatismos e metodologias homogêneas. Ao apoio da Agenda 2030, o percurso da biblioteca torna-se mais amplo, diverso e enriquecido, sobretudo ao se pensar, interseccionalmente, seus trabalhos e desenvolvimentos. No compromisso à agenda, e na constante recapitulação às barreiras no acesso à informação e ao conhecimento,

quatro Objetivos de desenvolvimento sustentável em especial podem nortear, ordenadamente, a atuação das bibliotecas em contribuição ao plano: 4 — Educação de Qualidade; 10 — Redução das Desigualdades; 1 — Erradicação da Pobreza e 16 — Paz, Justiça e Instituições Fortes.

As bibliotecas dispõem de um rijo potencial de contribuição para a educação de qualidade, destacando-se dos serviços ao material disponível, como informação correta e orientação para busca de fontes de informação segura, acervo e material tecnológico que, do esperado, supre as necessidades de pesquisa, atividades educacionais, comunicativas e de vínculos entre as escolas e a comunidade a seu entorno.

Não é fácil trabalhar com a informação, na melhor das hipóteses, em um cenário caótico, com uma quantidade excessiva de informações sendo produzidas, e, muitas vezes, sendo divulgadas erroneamente por meio tecnológico e redes sociais que se popularizaram. O trabalho na biblioteca parte de um lugar ético e de luta contra o desconhecido e a desinformação, no fomento à educação e no apoio ao indivíduo, seja ele estudante ou não. Clubes de leitura sobre livros atuais que estão nos principais vestibulares para universidades públicas, e/ou de livros diversos e que também refletem o tempo em que se vive, oficinas de escrita e redação, elaboração de brincadeiras multidisciplinares, que envolvam da ciência a matemática, não só fortalecem temas correlatos a educação, como estimula estudantes e a comunidade a frequentarem o espaço.

Compreender do usuário estudante, criança ao adulto, e acompanhar o seu aproveitamento nas bibliotecas, assim como manter a comunicação com as escolas, auxilia em problemáticas como falta de acesso e/ou evasão escolar e dificuldades no aprendizado, exteriorizando colaboração a redução de desigualdades, pois, se a educação é por si só, instrumento de composição da consciência, caráter e subsequente movimento social, potencializa-se conforme associada à biblioteca, através de diversas mediações, como leituras e organização de grupos que estudem a promoção da igualdade social, debates e divulgações virtuais que trabalhem com o tema da inclusão social e compreensão da importância da diversidade. Conseqüentemente, o posicionamento ético e compromisso de não omissão, no caso de desigualdade ou discriminação em seus espaços, decai sobre as instituições, sobretudo no perseverante exercício de combate à desigualdade social.

Ante o exposto, o indivíduo informado, formador de opinião, filósofo de seu tempo, disposto a cometer escolhas mais conscientes e assertivo ao reivindicar e alçar oportunidades, inserido em sua comunidade, sente necessidade de transformação, como a erradicação da pobreza, trabalho que não se exerce solitariamente. Para além da sensibilidade e do olhar atento ao seu entorno, é necessário o trabalho conjunto do serviço social, dentro e fora da biblioteca. Parceria e comunicação com os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nas comunidades são essenciais, bem como o movimento de campanhas como a campanha do agasalho e contra a fome, utilizando os espaços físicos das bibliotecas para arrecadação e desenvolvimento de projetos, além de simples resguardo no sentido de abrigo para sujeitos em vulnerabilidade. Além disso, todo o conjunto de proporcionalidades da biblioteca estão alinhados para promoção de educação e redução de desigualdade, encaminhando intrinsecamente à cooperação do processo de erradicação da pobreza.

Acolher o usuário e atender às suas necessidades, bem como escutar a sua comunidade, garantir o acesso à informação para todos e a proteção a liberdade individual, fazem partes de medidas em direção à paz, justiça e instituições fortes. As bibliotecas tornam-se espaços de confiança e proteção para o usuário cidadão, que, após consciente da necessidade em estar corretamente informado e instruído, do repasse de conhecimento ao seu entorno, e de seus direitos, deveres e necessidades coletivas, advém em ação, condução e construção de um terreno sólido para criação da própria biblioteca como instituição forte, provedora de paz, justiça e liberdade, servindo de exemplo a construção das ademais instituições e organizações, assim como a promoção de tais princípios disseminadamente na sociedade.

Resultantemente, para a contribuição interseccionada das bibliotecas à Agenda 2030 seja eficaz, extensiva e naturalizada, é preciso a ação comunitária desde o grupo privado familiar até as interações públicas sociais. O fomento à informação, educação e conhecimento como meio intervencionista, qualitativo, igualitário, erradicativo, justo e forte, é de praxe para prosperar melhorias atuais e geracionais, para simples contemplação da realidade individual, discernimento e de não conformismo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com um passado não tão distante de sua geração inicial, problemático e violento, no Brasil, se enfrentou, e ainda se enfrentam, sérias agruras no que tange o acesso à informação e construção educacional e de conhecimento.

É incontestável, frente ao exposto, a realidade defrontada por tantos sujeitos antecédidos e atuais, em que a falta de políticas públicas no passado, pensando nessa população, não bastam para justificar as demandas da contemporaneidade. É preciso reflexão e ação, a práxis, através das instituições, como a biblioteca, que acompanha os movimentos sociais e possuem potencial de assegurar acesso à informação e de convívio para todos os grupos em seus espaços, e com o Estado, assegurando o direito de todos terem acesso a uma educação de qualidade e informação fidedigna.

Para mais, embora o apresentado tenha domado expectativas e objetivos, as barreiras descritas e as vivências relatadas, em hipótese alguma, se resumem somente ao que foi discutido. A generalização adotada demonstrou o que é de mais comum em uma sociedade desigual, no entanto, considerando a amplidão coletiva, mas também individual do ser humano, recortes e outras contextualizações adentram e proporcionam continuidade, necessária, a problemática.

## REFERÊNCIAS

- ACTION for sustainable development. **Brazil - overview of SDG progress**. [201-]. Disponível em: <https://action4sd.org/country/br/>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- ANCIENT Dreams In A Modern Land (Official Visual). Música por MARINA. Álbum: Ancient Dreams In A Modern Land. WMG (em nome de Atlantic Records), 2021. 1 vídeo (3 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_V17JN76uxc](https://www.youtube.com/watch?v=_V17JN76uxc). Acesso em: 7 jun. 2021.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova Reunião: 23 livros de poesia - volume 1 / Carlos Drummond de Andrade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2013. p.22.
- BIBLIOO. **Brasil não possui bibliotecas em números suficientes, diz manifesto da FEBAB**. Revista BiblioO. 4 out. 2019. Disponível em: <https://biblioo.info/brasil-nao-possui-bibliotecas-em-numero-suficiente-diz-manifesto-da-febab/>. Acesso em 01 jun. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [201-?]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 13 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [201-?]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 7 jun. 2021
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **As cinco leis da Biblioteconomia e o exercício profissional**. [entre 2014 e 2020]. Indexado em BITI - Biblioteconomia, Informação & Tecnologia da Informação e mantido por Conexão Rio. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/mluiza/index.htm>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. **A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem?** Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v29n3>. Acesso em: 23 abr. 2021
- CETIC. Resumo executivo. *In*: CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – CETIC (Brasil) (org.). **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2019**. São Paulo: Nic.Br|Cetic.Br, 2020. p 23-25. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019/>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- GOMES, Manoel Messias. **Fatores que facilitam e dificultam a aprendizagem**. Revista Educação Pública, v. 18, nº 14, abr. 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/14/fatores-que-facilitam-e-dificultam-a-aprendizagem>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- IGNACIO, Julia. **ECO-92: O que foi a conferência e quais foram seus principais resultados?**. Politize!, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eco-92/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP, 2014. p. 179-182.

MONTENEGRO, Érica. **Encyclopédie: a internet do Iluminismo**. Aventuras na História, 2018. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-encyclopedie-primeira-enciclopedia.phtml>. Acesso em: 25 abr. 2021

PLATAFORMA Agenda 2030. **Conheça a Agenda 2030**. [201-]. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em 12 jun. 2021.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: Um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em 01 jun 2021

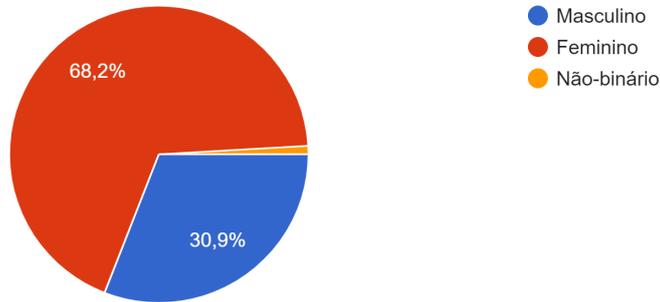
SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MORTIMER, Eduardo Fleury. Introdução. *In*: SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MORTIMER, Eduardo Fleury. Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem C-T-S (Ciência - Tecnologia - Sociedade) no contexto da educação brasileira. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 02, n. 02, p. 2, dez. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=129518326002>. Acesso em: 26 abr. 2021.

TARGINO, Rodolfo. **Biblioteca do Estado da Bahia, a primeira do Brasil, completa 210 anos**. Revista Biblio. 13 de maio de 2021. Disponível em <https://biblio.info/biblioteca-do-estado-da-bahia-a-primeira-do-brasil-completa-210-anos/>. Acesso em 01 jun 2021

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO FECHADO

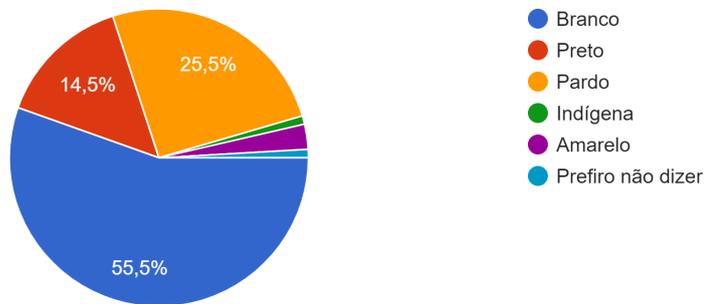
Qual o seu gênero?

110 respostas



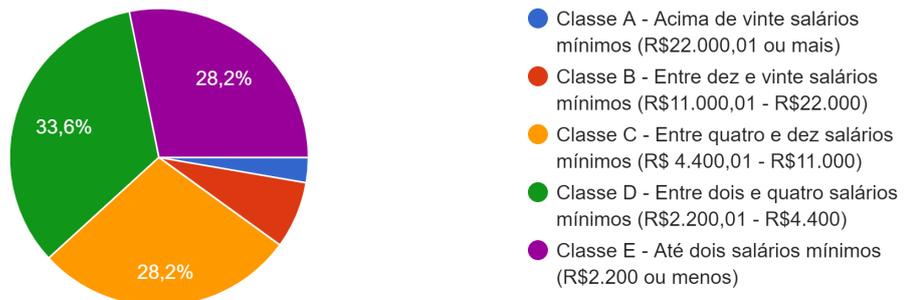
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), você se autodeclara:

110 respostas



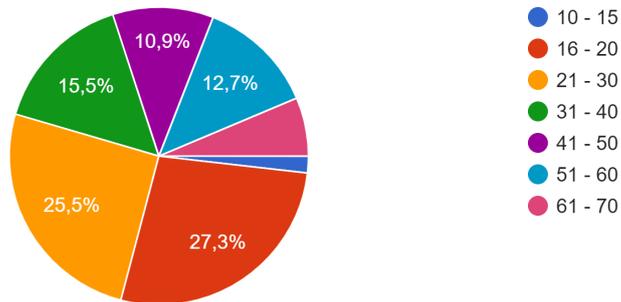
Ainda de acordo com o IBGE, a qual classe social você pertence? (considerando o atual valor do salário mínimo, R\$1.100)

110 respostas



Qual a sua idade?

110 respostas



Em qual cidade e estado você nasceu?

110 respostas.

Após análise, constatou-se que, das 110 respostas, 70% (77) responderam que nasceram no Estado de São Paulo, distribuídos entre a capital, interior e regiões metropolitanas;  $\cong$  12% (13) responderam que nasceram no Estado de Minas Gerais, distribuídos entre a capital, interior e regiões metropolitanas; e  $\cong$  18% (20) responderam que nasceram entre os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e entre os países, Canadá, Colômbia, Croácia, Itália e Venezuela.

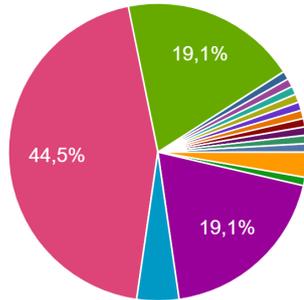
Em qual cidade e estado você mora atualmente?

110 respostas.

Após análise, constatou-se que, das 110 respostas,  $\cong$  80% (89) responderam que moram atualmente no Estado de São Paulo, distribuídos entre a capital, interior e regiões metropolitanas;  $\cong$  8% (9) responderam que moram no Estado de Minas Gerais, distribuídos entre a capital, interior e regiões metropolitanas; e  $\cong$  12% (12) responderam que moram entre os Estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, e na Argentina.

Qual o seu grau de escolaridade?

110 respostas

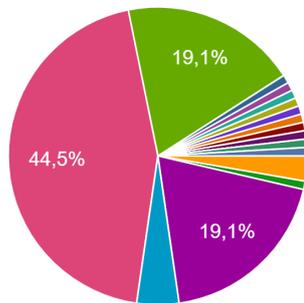


- Ensino Fundamental I Completo
- Ensino Fundamental I Incompleto
- Ensino Fundamental II Completo
- Ensino Fundamental II Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Superior
- Ensino Superior Incompleto

▲ 1/3 ▼

Qual o seu grau de escolaridade?

110 respostas

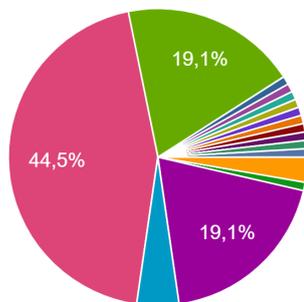


- Não estudei
- Ensino técnico completo
- Ensino médio com técnico
- pós graduação
- Pós graduação
- Estudando fundamental 2
- Pós Graduação
- Mestrado.

▲ 2/3 ▼

Qual o seu grau de escolaridade?

110 respostas



- cursando ensino médio
- Tenho um TESOL Diploma, licenciatura para o ensino de inglês como língua estrangeiro, além do Bacharel em literatura inglesa
- Pós graduação

▲ 3/3 ▼

Em que você trabalha atualmente?

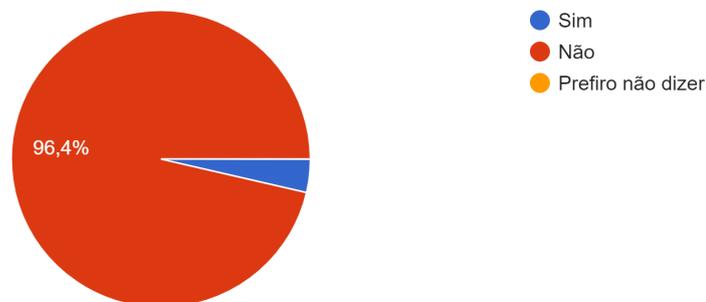
110 respostas.

Após análise, constatou-se que, das 110 respostas,  $\cong$  27% (30) responderam que trabalham na área de Educação e Cultura;  $\cong$  17% (19) responderam que estão

desempregados;  $\cong$  6% (7) responderam serem Estudantes;  $\cong$  5% (6) responderam serem Aposentados e  $\cong$  43% (48) responderam que trabalham distribuídos entre as áreas de Administração de Empresas, Agronegócio, Analista, Arquivo, Assistente Administrativo, Assistente de Comunicação e Treinamento, Atendimento ao Cliente/SAC, Automação Predial, Banco, Consultoria Imobiliária, Contabilidade, Correios, Customer Experience (Experiência do Cliente), Dentista, Estagiário, Estoque, Expert (Especialista) em Interação, Finanças, Funcionário Público, Gastronomia, Jovem Aprendiz, Learning & Development (Aprendizagem e Desenvolvimento), Marketing Digital e de Vendas, Operações, Serviços Jurídicos, Recrutamento e Seleção - RH, Repositor, Sacerdócio Ministerial, Serviço Social, Suporte, Técnico em Química, Telecomunicações, Telemarketing, Tecnologia da Informação - TI e Tradução.

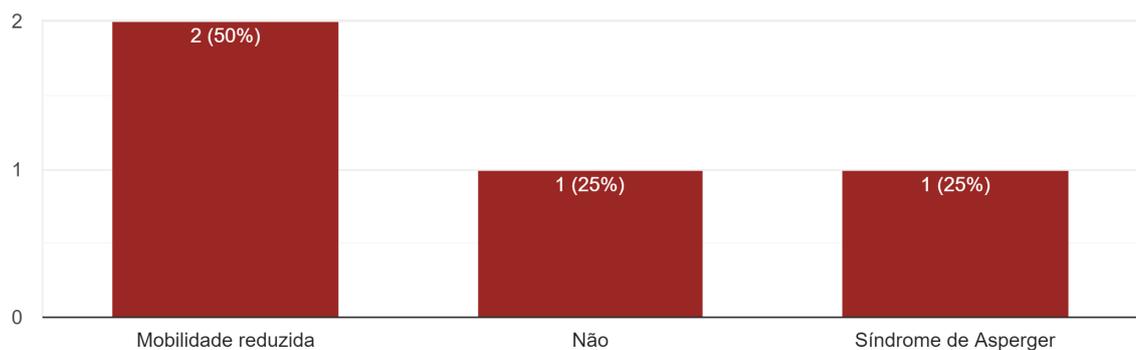
Você é uma pessoa com alguma debilidade física e/ou mental?

110 respostas



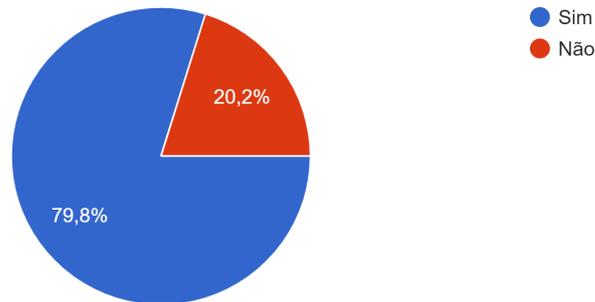
Se a resposta anterior foi "sim", qual?

4 respostas



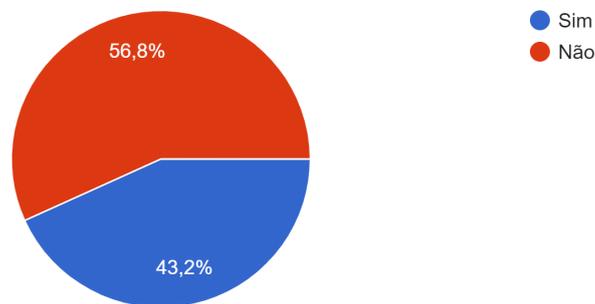
Se a resposta antepenúltima foi "não", você conhece alguém que possua?

104 respostas



Você acredita que essa debilidade te impediu e/ou limitou o acesso e/ou permanência nos estudos?

81 respostas



Independente da resposta à pergunta anterior, por favor, explique o porquê de sua escolha.

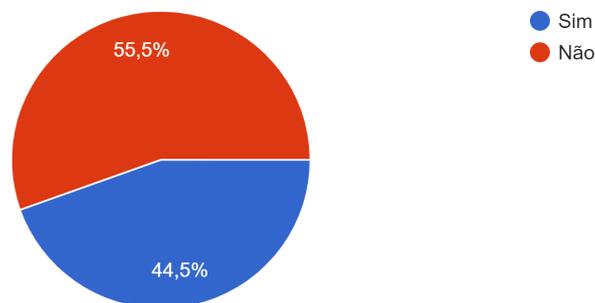
70 respostas.

Após análise, constatou-se que, das 70 respostas,  $\cong 59\%$  (41) responderam que a debilidade impede e/ou limita o acesso e/ou permanência nos estudos, a exemplo de “Sobre meu irmão autista: o fato de ficar estressado com muitas pessoas e possuir um grau alto impossibilitou que ele tivesse qualquer aproveitamento nos estudos até que ele passou a frequentar uma escola para pessoas especiais, onde ele pôde se desenvolver muito.”; “Embora não tenha algum tipo de deficiência, consigo ver como essas condições não são acolhidas pelas escolas. A formação de professores é muito fraca nesse sentido, e não é preciso ir longe para descobrir a dificuldade de pessoas com deficiência de acessar o ensino. Basta procurar quantas pessoas com deficiência há nas universidades.”; “Pessoas que não se encaixam no padrão de aluno idealizado com base em características dos dominantes sofrem com um sistema escolar que não

foi pensado de forma verdadeiramente inclusiva e é pouco flexível.” e,  $\cong$  41% (29) responderam que a debilidade não impede e/ou limita o acesso e/ou permanência nos estudos, a exemplo de “Debilidade não impede ou limita alguém de buscar por aquilo que desejam. O que impede e limita é a preguiça, quando esta ataca simplesmente ocorre acomodação.”; “Com a debilidade física há diversos meios de se concluir os estudos, pois o estado fornece transporte para os mesmos.”; “A pessoa que eu conheço é deficiente visual, ela usa da sua limitação como motivação para conseguir estudar e trabalhar.”; “Acredito que a força de vontade é o diferencial para isso.”

Você já se deparou com alguma barreira e/ou empecilho em seu processo de acesso à informação e ao conhecimento e/ou permanência nos estudos?

110 respostas



Se a resposta anterior foi "sim", qual?

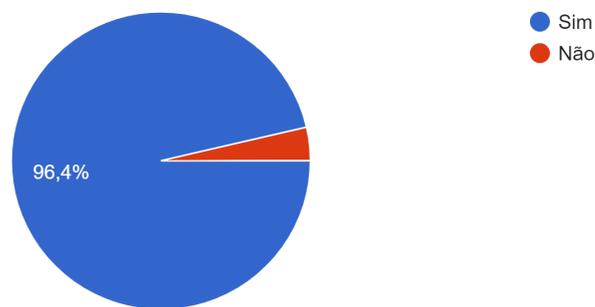
48 respostas.

Após análise, constatou-se que, das 48 respostas,  $\cong$  46% (22) responderam que já se deparam com quesitos financeiros como barreira e/ou empecilho;  $\cong$  21% (10) responderam que já se depararam com quesitos tecnológicos como barreira e/ou empecilho, a exemplo de “Dificuldade de acesso à internet e falta de equipamento tecnológico necessário.”; “Antes disso, eu era professor de inglês por muito anos, inclusive aqui no Brasil, e às vezes, quando queria ler um pouco sobre as técnicas e teoria do ensino de inglês, tive dificuldade em acessar artigos online, porque não estava numa das principais faculdades aqui no país, e assim não tinha uma carteirinha para a biblioteca deles. Tem bastantes artigos e textos acadêmicos online que você só pode ver uma parte do artigo e tem que pagar para se inscrever e ver todos os artigos ou, por exemplo, no Google Acadêmico, só se disponibiliza certas páginas dos artigos, ou seja, você tem que pagar para ver todas elas. Ao mesmo tempo, eu fiz duas pós-graduação aqui como parte do programa de estudo que eu fiz numa

empresa social, e muitas vezes ainda consegui achar e baixar artigos acadêmicos dos sites de faculdades grandes iguais a USP, então nem sempre é o caso, é só que encontrei muito desse limite de acesso fazendo pesquisas online.” e  $\cong 33\%$  (16) responderam que já se deparam com barreiras e/ou empecilhos dentre quesitos de ansiedade, carência de graduação específica, carga horária trabalhista, convívio escolar, depressão, desigualdade social, desinteresse docente, distância e transporte, falta de acesso às bibliotecas, preconceito etário, pressão familiar oposta aos estudos e favorável ao trabalho, problemas de saúde e responsabilidade de renda e prioridade ao trabalho.

Você acredita que as barreiras no acesso à informação e ao conhecimento, sejam individuais, sociais, físicas ou psicológicas interferem negat...íduo e em seu processo de construção educacional?

110 respostas



Independente da resposta à pergunta anterior, por favor, explique o porquê de sua escolha

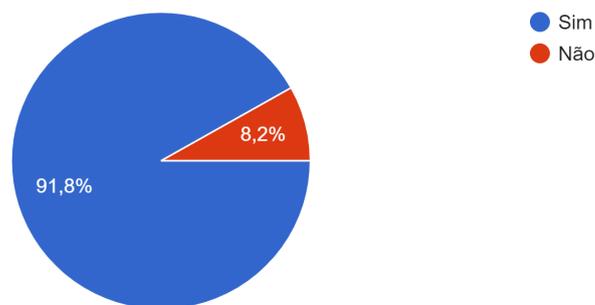
110 respostas.

Após análise, constatou-se que, das 110 respostas,  $\cong 96\%$  (106) responderam que as barreiras no acesso à informação e ao conhecimento interferem negativamente na vida do indivíduo e em seu processo educacional, a exemplo de “A construção educacional de um indivíduo se forma a partir de suas experiências e conhecimentos, se o mesmo não possui acesso a esse conhecimento (falta de recursos como internet, livros, acesso a escola e barreiras internas/psicológicas) sua educação será além de comprometida, precária.”; “A construção educacional não é um processo isolado, logo, outros fatores podem influenciar durante o aprendizado, seja de forma positiva ou negativa, nesse sentido, nota-se que esses tem um caráter intrínsecos e inter-relacionados.” e,  $\cong 4\%$  (4) responderam que as barreiras no acesso à informação e ao conhecimento não interferem negativamente na vida do indivíduo e em seu

processo educacional, a exemplo de “Barreiras existem e sempre existirão, cabe a cada pessoa reagir da melhor forma para derrubar as barreiras, e não se vitimizar e deixar que as barreiras cresçam.”; “Não pode ser vítima pela sua condição social ou seja qual for.”

Você foi ou é incentivado pela sua família e/ou comunidade a estudar e/ou ter acesso à informação e conhecimento?

110 respostas



Independente da resposta à pergunta anterior, por favor, explique o porquê de sua escolha.

110 respostas.

Após análise, constatou-se que, das 110,  $\cong$  92% (101) responderam que foram incentivados pela sua família e/ou comunidade a estudar e/ou ter acesso à informação e conhecimento, a exemplo de “Ninguém da minha família possui ensino superior e a maioria não concluiu o ensino médio, mas sempre falavam o quanto era necessário. Quando passei na faculdade meus pais me incentivaram a entrar e ficaram extremamente felizes, porém não entendem o motivo de sempre estar estudando e não ter tempo, pois o trabalho e o estudo ocupam qualquer tempo livre.”; “Minha mãe sempre me incentivou nos estudos porque ela não teve como estudar o que queria até fazer 40 anos. A comunidade negra sempre precisa de pessoas que cheguem ao ensino superior e que busquem informação, tanto para liderar o movimento, quanto para incentivar mais pessoas a tentarem por meio da representatividade.” e,  $\cong$  8% (9) responderam que não foram incentivados pela sua família e/ou comunidade a estudar e/ou ter acesso à informação e conhecimento, a exemplo de “Meus pais não terminaram o ensino fundamental/médio, por isso na minha família, estudo não era prioridade. A prioridade era trabalhar.”; “Foi a lei da sobrevivência, que vigora em uma sociedade perversa, chamada capitalismo.”; “Minha família apoia como ponto principal

o trabalho, o estudo é algo secundário. Então, se quero estudar, ampliar os meus conhecimentos é e será por minha conta.”

## APÊNDICE B – ENTREVISTA NÃO DIRETIVA

Anônima, 64 anos, aposentada.

Eu fui terminar os estudos do ensino fundamental em outra cidade porque na cidade onde eu morava só tinha o primário e para continuar morando lá eu trabalhava de babá. Eu tinha 12 anos e fiquei lá até 16.

A dificuldade maior era ter que trabalhar como babá, cuidando de três crianças. Eu não tinha como estudar melhor, mas apesar disso eu concluí a escola. Ganhava cerca de 10 cruzeiros por mês que precisava enviar à minha família. Eu tinha muitos irmãos mais novos, sendo eu a mais velha e a única que podia ajudar de alguma forma.

Sim, muito! Eu não pude fazer porque eu não tinha mais condições porque precisava trabalhar em mais empregos para ajudar a família, principalmente meus irmãos menores que estavam estudando e precisavam de material escolar e roupas.

Mais ou menos, nas salas de aula haviam alguns livros que os alunos podiam pegar para ler. A cidade era muito pequena, não havia muitos recursos como jornais ou revistas. Eu pegava os livros apenas para folhear, eu não tinha muito incentivo para isso, em casa eu precisava limpar, lavar e cozinhar, não tinha muito tempo para estudar. Atualmente eu procuro fazer cursos voltados a visitas de enfermos em hospitais, gosto muito da área da saúde e agora procuro ler livros voltados a esse tema, já que tenho mais facilidade de acesso, pois hoje sou aposentada e tenho mais tempo livre para aprender coisas novas, como costura e artesanato também. Antes da pandemia, no lugar que eu fazia hidroginástica tem uma biblioteca, gostava de ir lá nas contrações de história.

Anônima, 76 anos, aposentada.

Meu pai sempre dizia que o pai do pai dele, meu bisavô né, era escravo e fugia muito dos senhores, mas era capturado, mas tornava a fugir.

Meu pai era colono, então ele trabalhava nas fazendas. Eu rodei todas as fazendas de Marília. Quando meu pai não tinha saldo suficiente, com a pouca colheita, o responsável avisava. Não conseguíamos nem o alimento direito. Meu pai ficava triste e dizia - então vamos ter que mudar de fazenda. Levantamos a barraca e íamos embora.

Foi na fazenda Santa Lúcia ou Troncão, eu não lembro agora. O responsável da fazenda chegou avisando para o meu pai, que tinha aberto uma escola e para ele nos

levar, mas a ignorância dele, ele dizia - a inchada é o lápis deles. O chão é o caderno, e o lápis é a inchada. Por que eles precisam aprender a escrever? Meu pai só sabia escrever o S do nome dele e o D do sobrenome, nos sacos de feijão. Só essas letras.

Eu vim para São Paulo, em 60, com dezessete anos e não sabia ler e nem escrever. Só fui aprender em 85. Mesmo assim, eu sei o básico.

O estudo é muito importante. Era muita ignorância do meu pai, mas naquela época, era muito difícil.

Anônima, 41 anos, contadora

Sim, finalizei na cidade de Lagoa do Ouro em Pernambuco no ano de 1999, fundamental e médio. Para conseguir chegar a escola eram 7 km de distância, eu precisava ir de “pau de arara”, no sol ou na chuva eu ia todos os dias.

Sim. O ensino médio era técnico em contabilidade e fiz informática em uma escola a 30 km da minha casa. Eu comecei um curso superior em 2016 já em São Paulo, concluindo em 2019.

Havia muita falta de trabalho na cidade, em 2000 em vim para São Paulo trabalhar. Aqui, apesar de ter curso técnico eu comecei trabalhando como operadora de caixa em um supermercado e só 10 anos depois eu consegui um trabalho em um escritório de contabilidade e depois de 5 anos eu consegui ingressar em um curso superior.

Não, eu tenho 14 irmãos e nenhum tem curso superior e apenas alguns concluíram o ensino médio.

Nós nunca tivemos incentivo por parte da família, meus pais eram analfabetos, apenas sabiam escrever o nome. Meus irmãos nunca tiveram interesse, especialmente meus irmãos homens, eu sempre quis estudar e ter uma família, sou casada há 19 anos e tenho dois filhos, já a maioria dos meus irmãos não são casados e trabalham informalmente.